Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M — Porto Alegre/RS REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMAM

Av. Carlos Gomes, 2120 – 90480-002 – Porto Alegre Fone: (51) 3289-7510 email: comam@smam.prefpoa.com.br

2ª Reunião Ordinária do Comam - 2013

Data: 23 de maio de 2013

Hora: das 14h20 às 16h00

Local: Sala de Reuniões da Sede da SMAM, Av. Carlos Gomes, 2120

- Porto Alegre/RS

Porto Alegre/RS 13 de Junho de 2013 Degravação: ZAP Multimídia

degravacao@via-rs.net

1

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

Aos vinte e três dias do mês de maio de 2013, o Conselho Municipal do Meio Ambiente se reuniu na sala 111, no prédio da SMAM, às quatorze horas e vinte minutos, para a 2ª reunião ordinária. PRESENTES: Marcelo Kruel Milano do Canto, da SMAM; Marcos Vinício Mucillo Padilha e Maria Lúcia Frozi, ambos do DEP; Maria do Carmo Gualdi Lebsa, do GP; Neusa Henrich da Rocha, do DMAE; Eduardo Fleck, do DMLU; Synthia Ervis Krás Borges e Fabiano Mesquita Padão, ambos da SMURB; Ludwig Buckup, da IGRÉ; Felipe Charczuk Viana, da ECONSCIÊNCIA; Paulo Brack, da INGÁ; Ricardo Norberto Ayup Zouain e Andréa Pinto Loguercio, ambos da UFRGS; Rosane Souza da Silva, da PUC; Nazaret da Silveira Nunes e Ronie Gomes, ambos do OP; Jupiter Palagi de Souza, da OAB; Paulo Fernando Farias, da CUT; Magda Credy Satt Arioli, do CRBIO-3; Carlos Roberto Santos da Silveira, do CREA; Tiago José Pereira Neto, da FIERGS. Justificaram: Silvana Garcia Marzulo, da SMS; Cristina Redivo Marques, da GRANPAL; Lauro Remus, do CREA. Ouvintes: Gilson Franscisco Lessa, da OAB; Luiz Franscisco Costa, da SINDUSCON/RS; Daiani da Silva e Gisane Gomes, ambas do DMLU.

Objetivos:

- Apresentação dos Presidentes das Câmaras Técnicas e respectivos planos de trabalho para 2013;
- Assuntos Gerais.
- Relato inicial:

1 Marcelo Kruel Milano do Canto, da SMAM: Bom, eu não sei se precisa do microfone 2 agui, mas... Primeiro: boa tarde a todos. Meu nome, para guem não me conhece é Marcelo 3 do Canto. Eu, por força dessas questões que são públicas fiquei – assumi a Secretaria 4 agora, no dia 30 de abril. Estamos aqui tocando com os técnicos esta fase, que é uma fase 5 de transição. Também é público que o prefeito e o vice-prefeito escolheram o novo 6 Secretário, que é o doutor Cláudio Dilda, que deve assumir terça-feira. Certamente vocês 7 vão receber convites para a posse disso. Mas a primeira questão que eu queria colocar é 8 assim: a Ana Cláudia tão logo eu estava me apropriando das questões, disse que nós 9 tínhamos uma reunião do COMAM que sempre é na última quinta-feira do mês. Que nesse 10 mês, na quinta-feira que vem era feriado e me consultou de a gente antecipar. E mesmo 11 com essas situações eu entendi que, enfim, a cidade não para, que nós devíamos fazer a 12 reunião e tocar as coisas para frente. Porque, enfim, há uma série de desafios aí para 13 serem vencidos. Então essa é a primeira fala. Eu tenho certeza que depois vão abrir os 14 assuntos gerais e no que eu puder eu vou responder os questionamentos de vocês. A 15 pauta que havia sido preparada pela Comissão Executiva seria a apresentação das 16 Câmaras Temáticas e o plano de trabalho para o ano. Aquelas Câmaras que já 17 conseguiram eleger seus presidentes e já conseguiram elaborar seus trabalhos, as suas 18 ideias. Eu sei que tem uma de Resíduos que quer fazer uma visita na unidade de triagem 19 da Lomba. Eu falava com o diretor Caruso, já está autorizada. É uma questão só de marcar 20 e aí ver as condições para fazer isso. E também, de antemão, deixo aberto que qualquer 21 outro lugar da prefeitura que queira ser visitado, nós enquanto estivermos à frente, até

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

22 terça-feira, vamos viabilizar. Como eu, depois de terça-feira eu vou estar lá na Uruguai 23 1300, 12º andar e precisarem de mim, eu também tentarei viabilizar o que for necessário. 24 Ana, eu não sei quem é que gostaria de fazer? Qual das Câmaras gostaria de começar a 25 puxar a sua apresentação? E daí depois a gente vai para assuntos gerais.

26 Ana Cláudia Passos, da SMAM: Magda.

27 Magda Credy Satt Arioli, do CRBIO-3: ... Coordenadora da Câmara Técnica de Resíduos. 28 Nós tínhamos uma reunião na semana passada. E para tentar estabelecer um mínimo 29 fluxo, de subsidiar resoluções ou mesmo situações concretas quanto aos resíduos de Porto 30 Alegre, nós estabelecemos três patamares. O primeiro seria a questão dos resíduos de 31 estabelecimentos de saúde e afins. Então isso foi motivado pela nossa discussão e quanto 32 à situação que ocorreu de descartes indevidos de resíduos de saúde, todos aportando lá 33 na estação, na unidade de triagem da Lomba do Pinheiro, do DMLU. Então a primeira 34 situação seria fazer uma visita técnica no dia 10 de junho, à UT Lomba do Pinheiro, para 35 conhecer a gestão que está sendo feita, quanto aos diferentes resíduos acolhidos, a 36 segregação. Eles fazem um trabalho bastante profissional, bem cuidadoso. Então, para 37 tomar digamos ciência. A noção da realidade, de como é. Nós também nos propomos 38 então a pesquisar e identificar as empresas cadastradas pelo DMLU, como responsáveis 39 por essa coleta especial, também tentando conhecer como que se procede. Porque se 40 sabe que muitas dessas empresas são cadastradas, fazem a coleta, só que há um 41 desvirtuamento de rota e não chega aonde tem de ir. E pesquisar também, identificar o 42 destino final correto de acordo com a legislação. O nosso segundo objetivo são os resíduos 43 da construção civil. Conhecer então primeiro, conhecer o rol de empresas cadastradas para 44 transporte de resíduos pela ERES/SMAM, que está fazendo um trabalho bastante 45 interessante desde o ano passado. Já cadastrou mais de 70 empresas com licença de 46 transporte. E a meta é chegar depois que essas empresas de transporte, quando vêm os 47 comprovantes de destino e acolhimento, para o retorno de recebimento ambiental, a SMAM 48 possa verificar se o que foi coletado por essa empresa que tem licença e que foi destinado 49 em aterros licenciados ou depósitos licenciados ou de reciclagem, feche, bata com o que 50 está sendo mostrado. Nós também temos ideia de visitar algumas empresas licenciadas 51 como recebimento de RCC em Porto Alegre, confirmando as ações que eles explicam nas 52 licenças ambientais. E uma meta bastante particular, mas que eu entendo que é muito 53 importante, até porque eu trabalho bastante com isso, é a logística reversa. Que é uma das 54 metas do Plano Nacional de Resíduos. Estabelecer realmente esse acomodamento das 55 indústrias, que elas possam buscar suas embalagens, os seus invólucros finais nas obras. 56 É um auxílio também, porque daí já se sabe que essa coleta vai ter um destino correto, vai 57 ter reuso, reciclagem, enfim. Por fim, nós ainda conversamos na nossa reunião quanto aos 58 efluentes e emissões, que faz parte também dessa Câmara Técnica. E nós pedimos então 59 à equipe de Resíduos que designasse alguns técnicos nas nossas próximas reuniões para 60 que a gente possa conhecer demandas que eles venham a nos deixar, para a Câmara 61 poder auxiliar quanto aos outros resíduos. É isso então.

62 **Neusa Henrich da Rocha, do DMAE:** Tem uma coisa que me chamou muito a atenção na 63 fala da Magda. Primeiro eu estou preocupada em saber se a 5ª Conferência e aquele grupo 64 que tratou de resíduos sólidos e aquele que se reuniu a semana passada no DMLU estão 65 conectados? Outra coisa que tu falaste: na logística reversa. O que até hoje foi tratado com 66 a prefeitura, no setor de compras, é de que não ia nada que se colocasse, por hipótese, 67 num edital, comprometendo, no momento que eu forneço tantas peças, eu recolher tantas 68 peças. A prefeitura não estava fazendo e não estava interessada em fazer. Então eu 69 pergunto para vocês e até para o nosso atual Secretário: como é que a gente leva isso 70 para o setor de compras da prefeitura? Porque nós estamos tratando do município.

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

71 Marcelo Kruel Milano do Canto, da SMAM: Eu acho que dentro dessas colocações que a 72 senhora faz nós podemos sair daqui com uma recomendação disso. Eu faço ou o doutor 73 Dilda faz chegar ao Secretário da Fazenda, que é guem tem centralizado a maior parte das 74 compras do município, não necessariamente todas. Mas podemos mandar um ofício daqui 75 para todas as autarquias, uma orientação de pelo menos, estudem isso. Como colocar isso 76 em seus editais. É uma questão que não tem talvez, maiores dificuldades, ela pode ter em 77 algumas questões de custo, em algumas questões de empresas mais específicas, que 78 talvez... Nós temos muito a questão do Pregão Eletrônico, que tem suas vantagens e 79 desvantagens. Mas eu acho que é uma questão a ser tratada. E até me comprometo em 80 isso chegando na Procuradoria, tentar orientar. Porque uma das minhas funções lá é 81 supervisionar as licitações. Então poderíamos em saindo daqui, a gente mandaria isso 82 primeiro para os setores de compra. E chegando na Procuradoria, a gente tenta fazer as 83 adaptações. Ao longo do tempo a gente vem tentando fazer algumas adaptações nos 84 editais. Algumas a gente tem sido mais felizes, outras nem tanto. Mas eu acho que pelo 85 menos, experiências são importantes. Quanto à questão de resíduos: tem um grupo 86 trabalhando na questão da regulamentação dos resíduos da construção civil, que é uma 87 situação que rapidamente nós vamos regulamentar porque está numa situação 88 praticamente insustentável. Eu acho que quem anda por Porto Alegre em qualquer área, vê 89 que tem caçamba despejando e é o DMLU ou é a SMAM a retirar. É a gente enxugando 90 gelo. Então isso já é uma situação, que inclusive o próprio vice-prefeito fez uma reunião 91 semana passada e que nós vamos enfrentar brevemente. O André Caruso também está 92 bem envolvido nessa situação.

93 Andréa Loguercio, da UFRGS: Só para responder. Na verdade, quando a gente trabalhou 94 na questão da logística reversa na CT, nós tínhamos exatamente o foco com as compras 95 do município. Mas uma questão um pouco mais ampla. Em relação ao grupo que se reúne 96 no DMLU, tu deve estar falando do grupo que está responsável pelo Plano Municipal de 97 Resíduos. A gente não tem na CT especificamente ninguém, digamos assim: a Câmara 98 Técnica está lá representada. Mas as técnicas da ERES, do que é da equipe de resíduos 99 da SMAM estão lá representados. A UFRGS também está lá representada. Então tem 100 assim: não como Câmara Técnica, mas tem a representação exatamente para a gente 101 falar. Tanto que um dos pontos que nós falamos na reunião da Câmara Técnica foi 102 exatamente sobre esse acompanhamento do que está sendo tratado no Plano Municipal. 103 Em relação à questão das licitações, existe um decreto federal do ano passado – eu não 104 estou com o número aqui, mas - de junho de 2012 que trata disso. Na esfera federal isso já 105 está bem adiantado. Existe inclusive no próprio site do comprasnet existe uma codificação, 106 que é um catálogo de materiais, todos sustentáveis. A gente tem aplicado na universidade 107 já desde o ano passado, o início das compras com a logística reversa. E a prefeitura pode 108 passar a aderir porque isso já está inclusive, tudo cadastrado com os códigos dos 109 materiais. Uma vez que ela utiliza o comprasnet já está lá, pronto para aderir, perfeito. Não 110 só na questão de logística reversa, como de compras sustentáveis, um pouco mais. Na 111 escolha de materiais que tenham menor impacto.

112 **Jupiter Palagi de Souza, da OAB:** Uma perguntinha que eu gostaria de fazer para a 113 Magda: não sei se tu levantaste alguma coisa com relação a resíduos (...)? Não? Eu não 114 sei como é que está sendo feito isso hoje? Em termos de hospitais. Até porque a 115 legislação...

116 (...)

117 **Jupiter Palagi de Souza, da OAB:** Não, porque existia uma questão da incineração, que 118 era proibido. Então, questão desse tipo. Tinha que se mandar para outros locais e isso 119 causava um custo, vamos dizer assim. Ainda é assim?

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

120 Marcelo Kruel Milano do Canto, da SMAM: Existem licenciados agora para esse tipo de 121 resíduo.

122 Jupiter Palagi de Souza, da OAB: Ah, já tem? Ótimo. Isso aí é uma economia significativa 123 para o erário público, né? E uma outra questão que eu acho importante mencionar - e o 124 senhor muito oportunamente também referiu-se – é a questão do resíduo da construção 125 civil. Que hoje existem equipamentos que estão sendo fabricados aqui mesmo no Rio 126 Grande do Sul, que fazem a trituração na obra. Em termos de valor, bem significativo, 127 vamos dizer assim, acessível. E uma outra questão que eu acho importante, o Fleck está 128 aqui, eu acho que até pode esclarecer: é a questão do recolhimento dos resíduos urbanos. 129 Porque a gente tem um problema muito sério nos bairros. Por exemplo, você faz um 130 trabalho, separa tudo o que é plástico, o que é orgânico, aí coloca na frente da residência e 131 dez minutos depois, aquilo está uma confusão. Aí você vai ver na esquina, está aquele 132 depósito enorme ali. Aí o que não serve fica atirado. Então eu sugeriria, vamos dizer assim, 133 que se incentivasse a colocação de containers, até mesmo containers com tecnologia 134 nacional, que a gente tem aqui, na região aqui da Metal Mecânica aqui, a indústria aqui de 135 Caxias, que é forte. Fazer um projeto. Tem gente aqui na prefeitura, no DMLU, com 136 altíssima capacidade, que pode fazer um projeto sem custo, porque né? Bem adequado às 137 nossas condições e que possibilitasse no bairro, você colocasse separado. Então você 138 sairia, por exemplo, até o meio da sua avenida ou rua e ali depositaria. E ficaria ali e no 139 final da tarde, o caminhão vinha, pegava aquilo ali, levava. Evitava esse transtorno. Porque 140 se faz todo um trabalho. A responsabilidade lá da lei de resíduos, da Política Nacional de 141 Resíduos Sólidos, do consumidor, vamos dizer assim, tá lá bem evidente. Mas daí ele faz 142 todo um trabalho e que acaba de uma forma assim inócua. Porque fica tudo exposto ali, 143 fica até horrível, muitas vezes restos orgânicos. As pessoas não se interessam e soltam 144 por ali. Então ficaria essa sugestão que eu acho muito... Obrigado.

145 Eduardo Fleck, do DMLU: Primeiro lugar respondendo aqui ao meu querido professor 146 Jupiter – de nem sei mais quantos anos atrás – eu nem vou... É uma coisa que tem sido 147 pensada com carinho, a questão da conteinização da coleta seletiva. Muito a gente 148 recebeu sugestões da população em relação a isso. Exatamente a guerra contra a 149 informalidade, ela vem de muito anos, desde que tem coleta seletiva, tem isso. E antes da 150 coleta seletiva que vem aí de 23 anos, o pessoal já abria sacos de lixo, antes de estarem 151 separados. E é certamente uma coisa para nós pensarmos com todo o carinho. Agora, o 152 problema é o controle, às vezes é um pouquinho difícil certas coisas. Então no ano 153 passado nós tivemos, encontramos um cadáver quando o container foi ser descarregado lá 154 na estação transbordo. Portanto, verificamos antes desse cadáver entrar para uma carreta 155 e ir lá para o aterro (...). Na semana passada se inverteu. O pessoal lá no aterro que achou 156 o cadáver. Mas que veio de uma carga do DMLU, que veio de um container também. Então 157 para ver como são as coisas. A gente tinha um pouco de medo na primeira... Na primeira 158 ocorrência no ano passado, que fosse alguém que estivesse dormindo dentro do container 159 e tivesse sido esmagado pela compactação do caminhão. Mas o legista comprovou que ele 160 foi assassinado antes de ir para dentro do container. Esse que chegou a semana passada, 161 eu não sei ainda a causa mortis. Parece que foi sufocamento, estrangulamento, alguma 162 coisa assim. Bom, assim que são as coisas. Segunda coisa a colocar: nós desejamos 163 Magda, então fazer um link, realmente, a Câmara Técnica. Onde vou olhar? Por aqui ou 164 por aqui? Da qual eu fazia parte até 2010, hoie é a colega Dajane, está representando o 165 DMLU. Com o grupo que está trabalhando no Plano de Gestão Integrada de Resíduos 166 Sólidos. Eu sou coordenador desse grupo. Nós temos mais um mês e meio para ter mais 167 trabalho. Não por cobrança do meu diretor, mas auto cobrança nossa. Temos que encerrar. 168 E está sendo bastante bem conduzida. O Marcelo designou há pouco tempo a Paola, da

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

169 equipe de resíduos sólidos daqui para participar, uma vez que de 19 itens que a Política 170 Nacional de Resíduos Sólidos inclui como necessários ao parecer na construção do Plano, 171 cinco ou seis desses itens, sim, são de atribuição exclusiva da SMAM. São logística 172 reversa e controle de geradores privados. E nós queremos sim, até convidar para a gente 173 trabalhar junto, para colocar farinha junto nesse bolo, não é? Sintam-se convidados. 174 Quando a gente não estiver por aqui a Daiane pode ser interlocutora entre os dois grupos, 175 basta atravessar ali no DMLU, a rua, passa ali no meio, para chegar em nós. Era essa a 176 questão a ser colocada. Só para terminar: eu tive, fui convidado para uma reunião do 177 comitê ou comissão de energia. Como é que é Marcelo? Como é que chama mesmo? Aqui 178 da prefeitura. Isso. Porque o pessoal queria saber quanto à questão das lâmpadas 179 fluorescentes. Que são um dos resíduos perniciosos, problemáticos, para a questão da 180 logística reversa. E a gente esteve dizendo lá, além da matéria em si, das lâmpadas, que a 181 gente vem insistindo já desde 2005/2006 com essa questão de vincular nas licitações a 182 responsabilidade do licitante vencedor de recolher o resíduo após o consumo. De uma 183 certa forma a gente vem clamando no deserto. Não vamos fazer uma crítica aqui. Vamos 184 considerar, vamos tentar adequar isso agora, a gente deveria ter um passivo de sei lá 185 quantas lâmpadas guardadas, vamos tentar trabalhar nesse sentido. É isso.

186 **Jupiter Palagi de Souza, da OAB:** Só para dar uma colaboração na fala do Fleck. Eu 187 acho que esse apoio da prefeitura nos seus técnicos, de qualidade, como tem no DMLU, 188 poderia fazer um projeto Fleck de containers que evitassem até mesmo esse tipo de coisa, 189 vamos dizer assim, ou dificultasse esse tipo de coisa. Eu lembro, por exemplo, eu tenho 190 fotos de 1990. Se encontrava mão, criança, os urubus ali comendo as peças. Aí foi uma 191 sequência de trabalhos e etcetera. Então eu acho que um outro projeto poderia ser feito lá 192 por vocês, para facilitar um container que pudesse atender isso aí e até evitar. Já pensando 193 nessas situações que já ocorreram.

194 **Neusa Henrich da Rocha, do DMAE:** O doutor Jupiter falou, deu essa sugestão e aí mais 195 uma vez eu me senti como se nós andássemos em círculo. Porque lá na 5ª Conferência 196 teve um grupo que discutiu por dois dias esse assunto. E aí lá se encaminhou uma forma 197 de que fosse tratado assim, com mini pontos de captação. Ou por quarteirão ou por 198 regiões. Então parece que acontecem, são vários focos de discussões e elas não se 199 encontram. Aí a gente fica pensando em exigir do cliente, do usuário final, consumidor, o 200 que a própria prefeitura não consegue fazer dentro de casa. Quando a gente fala em 23 201 anos de coleta seletiva – aqui todo mundo é da prefeitura – sabe quanto tempo a prefeitura, 202 prédio da prefeitura faz coleta seletiva. Não faz 10.

203 Marcelo Kruel Milano do Canto, da SMAM: Eu acho que assim: nessa questão que é o 204 destino certo. Que eu acho os eco-pontos do destino certo, isso esteve previsto em duas 205 licitações do DMLU. Alguns o DMLU conseguiu implantar com recursos próprios. Porque as 206 licitações, por diversas razões, acabaram não sendo concluídas na sua totalidade. Num 207 projeto em 2007 existia essa previsão. Depois disso eu sei que o DMLU tem feito, ainda na 208 época do Vicente, eu acho, e certamente com o coronel Monks e com o Caiuz, tenha uma 209 questão principalmente para esses pequenos geradores. Há um plano nisso, uma 210 dificuldade de implantação. Também é público que a direção do DMLU juntamente com o 211 prefeito decidiu não ficar, embora a gente tivesse uma decisão favorável, que nos 212 permitisse esperar o fim de uma discussão da licitação, decidimos retroceder em algumas 213 questões, fracionar alguns serviços e os projetos básicos estão sendo trabalhados lá e 214 devem ir para a rua nos próximos 60 dias. Uma parte dessas questões talvez se resolva 215 por aí. Essas questões dessas diretrizes eu me lembro – não pela questão da gestão 216 ambiental – por participar de um outro grupo de trabalho que preparou trabalhos de 217 licitação. E também tem um trabalho lá da Usina, que é um trabalho que está sendo

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

218 gestado pelo DMLU junto com o doutor Tutikian e uma outra equipe, que provavelmente vai 219 contar com uma equipe de apoio da UFRGS para formatar um destino final aí de usinagem 220 em Porto Alegre. Não é uma coisa de curto prazo. Mas é uma coisa que: primeiro faz o 221 projeto, depois vê como financia e depois implanta. O doutor Ayup eu acho que é próximo a 222 apresentar.

223 Ludwig Buckup, da IGRÉ: Então boa tarde a todos. Eu vou me reapresentar, eu sou 224 Ludwig Buckup, represento agui no COMAM. Como titular a IGRÉ, que é uma organização 225 não governamental. E também estou lá na Câmara Técnica de Áreas Naturais e Paisagem. 226 Me coube esse ano mais uma vez, por eleição pelos colegas, dirigir os trabalhos da 227 Câmara. E devo aqui dar uma informação preliminar por certo, do que temos aí pela frente. 228 Essa Câmara acabou se revelando muito importante, tanto assim, que no ano passado foi 229 – segundo me informou a Secretaria – a que mais vezes se reuniu aqui. Um número muito 230 grande de processos que por ali passaram. Todos eles envolvendo uma questão vital, que 231 é exatamente as licenças para permissão para construções em áreas naturais. Cujo perfil 232 precisa ser analisado tecnicamente. O nosso papel é trazer essas informações a este 233 plenário, da Câmara. E, enfim, estuda então as decisões desse plenário e do próprio 234 Executivo. Agora mesmo já iniciamos semana passada e já nos deparamos com dois 235 processos bem representativos. São ambos da Universidade Federal do Rio Grande do 236 Sul, que está envolvida com a construção de um muro que tem a função de evitar invasão 237 numa das mais bem preservadas áreas de cobertura florestal do nosso município. E aí já 238 Secretário, nos defrontamos com um problema que eu acho que a nossa Câmara vai ter 239 que abordar novamente, com muito cuidado. A questão é que já desde (...) os dois em 240 Porto Alegre são originalmente cobertos de Mata Atlântica, pode ser vegetação bem 241 caracterizada, com diversidade botânica conhecida também. No entanto, os documentos 242 oficiais, Secretário, vamos falar então em Ministério do Meio Ambiente, as leis definem pela 243 Lei da Mata Atlântica, apenas as coisas cartograficamente. Que pouco ajudam o município 244 de Porto Alegre, né doutora Loguercio? Então o município precisa, com urgência, identificar 245 com precisão quais são as áreas de sobrevida da Mata Atlântica no município de Porto 246 Alegre. E criar instrumentos que permitam o legislador, o administrador, autorizar ou não 247 qualquer tipo de intervenção. Seja de que tipo for. É uma questão eminentemente técnica 248 que tem que ser feita. Hoje mesmo na entrada, conversando, existe um projeto atrás da 249 Faculdade de Agronomia, ali, junto, a construção de uma casa de estudantes, que vai 250 abrigar um número muito grande de estudantes, mas implica em remoção de uma área de 251 mata. É complicado argumentar que seja Mata Atlântica, porque isso ninguém definiu. É 252 opinião de botânicos, de observadores. Porque a lei federal não nos socorre. Não nos 253 socorre mesmo. Além desse trabalho, nós temos as resoluções daqui da Conferência do 254 Meio Ambiente do município. Muitas delas são... Na nossa área são vinte e quantas 255 Andréa? 22. Cada uma das áreas aborda uma questão importante. Nós temos que tomar 256 cada uma delas e verificar como implementar essas propostas e resoluções. Resoluções 257 ainda não são. São propostas que nascem daquilo que foi debatido na Conferência. E aí 258 uma das questões é exatamente essa, quer dizer, identificar as áreas merecedoras de 259 preservação no município de Porto Alegre. E encaminhar o que é necessário para que 260 essas áreas entrem para o rol formal das áreas protegidas pelo município. Que ainda não 261 existe. Sempre passará por uma opinião de um ou de outro que analisa o processo. E 262 muitas outras questões importantes também. Por exemplo: entre as resoluções da 5ª 263 Conferência existe uma que visa fazer um levantamento completo do que tem sido, qual foi 264 até aqui o índice de remoção florestal do município, que não existe uma informação precisa 265 sobre isso. E mais: que não se pense que proteção vegetal seja proteger apenas árvores e 266 matas. Existem áreas de banhado, existem áreas de campo, existem outras regiões. E são

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

267 tão ou mais merecedoras de proteção, pois se tratam de ecossistemas importantes. 268 Existem outras questões ainda. Vou pensando aqui outra. Por exemplo: a questão da 269 maneira pela qual os animais selvagens capturados no município são recebidos e 270 encaminhados para atendimento, ou de saúde ou de devolução, seja qual for o processo. 271 Isso existe um serviço, mas muito aquém da demanda que realmente existe no município. 272 Alguém precisa avançar nisso. É claro que a Câmara não tem poder decisório, mas a 273 nossa tarefa é trazer os resultados do nosso trabalho até este plenário, à consideração do 274 secretário e os membros desta casa. Existem outras questões. Eu não vou me alongar. 275 Mas todas elas são bem conhecidas, estão no elenco, vocês também tem não é? As 276 resoluções da 5ª Conferência. E temos com certeza, eu imagino que por mês, cinco a dez 277 importantes processos para analisar, cada um deles. Vamos usar o seguinte processo para 278 agilizar. Uma agilidade que já nos destacou no ano passado. Quando o processo chega em 279 concordância com a Secretaria, a doutora Cláudia já, a presidência designa o relator, ao 280 receber o processo, para que na próxima reunião plenária da Câmara o assunto já seja 281 tratado e haja um parecer pronto para ser trazido a esse plenário. Fico à disposição para 282 qualquer pergunta que quiserem fazer. Estão comigo alguns colegas: doutora Loguercio, 283 Paulo Brack, está o Felipe, está aí também o Felipe. Lúcia, enfim. Presentes os meus 284 companheiros. Somos quantos? 11 né? 11, enfim, uma adesão importante para uma 285 Câmara desse tipo. O ano passado éramos só cinco. A presença de 11 já mostra que o 286 assunto é quente. Secretário, obrigado.

287 **Marcelo Kruel Milano do Canto, da SMAM:** Obrigado professor. Não sei se o pessoal da 288 Câmara de Infraestrutura gostaria de fazer sua manifestação?

289 Gilson Francisco Lessa, da OAB: Boa tarde a todos os presentes, meu nome é Gilson 290 Francisco Lessa, sou da OAB. Represento a OAB, a Comissão de Direito Ambiental da 291 OAB. Fui designado pelos colegas como coordenador da Comissão de Infraestrutura e 292 Saúde Ambiental. E antes de falar sobre a Câmara, eu gostaria de fazer alguns 293 contrapontos. Eu acho que a divisão que eu vi aqui da primeira expositora sobre resíduos, 294 principalmente hospitalar, deveria ser discutido em conjunto. Porque nós tratamos de 295 saúde ambiental. E quando se fala em resíduos sólidos, no seu artigo 3º, se não me falha a 296 memória, da lei, ela remete a uma lei muito importante, que é a Vigilância Sanitária. Então 297 nós não podemos falar em resíduos sólidos, sem aplicar a Lei da Vigilância Sanitária. 298 Porque se vocês forem ver no corpo dessa lei, ela regula transporte, armazenagem. Tem 299 toda um... Normas que devem ser obedecidas. Então ela se torna muito complexa. E 300 falando sobre a questão também daquilo que foi levantado, da UFRGS: eu fui militar por 30 301 anos e as áreas nossas de campo são áreas federais. Em muitos lugares, muitos 302 municípios, vinham com questões ambientais para a questão das áreas de instrução. E nós 303 invocávamos naquela época a incompetência devido a ser uma área federal. Então eu 304 acho que quando se trata principalmente... Eu estou trazendo isso aqui, fazendo um 305 contraponto, só para trazer o meu conhecimento e as pessoas que quiserem seguir 306 possam seguir. Porque como advogado, é ótimo para nós quando a outra parte esquece da 307 competência administrativa, cria uma legislação e nós chegamos lá é fácil. É só arguir 308 competência, que aquela pessoa não poderia fazer. Então eu só estou apenas... A nossa 309 Câmara, ela vai tratar de infraestrutura e saúde ambiental. Nós tivemos a nossa primeira 310 reunião dia 21 deste mês. E nós vamos tratar - que foi até um colega do DMAE que 311 sugeriu – a questão das águas subterrâneas. No próximo encontro ele vai trazer material 312 sobre o problema que há nos poços, da fiscalização. Nós vamos também ver algumas 313 propostas da 5ª Conferência sobre mobilidade urbana. Nós vamos também tratar sobre 314 isso e analisar os processos. Aquela demanda que vier para a nossa Câmara, vamos 315 analisar com isenção. Tanto é que eu falei e a menina mandou a ata ali. Eu digo e vou

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

316 repetir: eu sou uma pessoa de equilíbrio. Eu acho que a gente tem que ter bom senso. A 317 gente não pode fazer as coisas radicais. Então não podemos ceder muito, nem dificultar. 318 Porque nós dependemos disso. O meio ambiente ele está aí. E uma outra coisa que eu 319 levanto sempre, como se diz: desequilíbrio ecológico não é só cortar árvore, é também 320 plantar. Então o que estão fazendo no interior do Estado? O pampa está virado em 321 plantação de eucalipto. Eu estou plantando. Eu não estou cortando nada. Mas ele está 322 danificando o meio ambiente. Estão acabando com o meu bioma do pampa. Então eram 323 essas as minhas considerações.

324 Ludwig Buckup, da IGRÉ: Eu agradeço a referência que o doutor lança ao fato de que 325 existe uma aparente divergência de competências entre administração de malha federal e a 326 municipal. Com certeza jamais a SMAM gostaria de se meter na administração na reserva 327 florestal da UFRGS. Mas evidente que uma reserva dessa dentro do município interessa ao 328 município. Então o que se busca – e talvez seja essa a proposta que nós vamos fazer – de 329 que haja um convênio entre a universidade e o município. Agora, a questão legal, veja 330 bem: eu vou pedir que a vice-presidente da Câmara, doutora Loquercio, nos conte um 331 pouco como está essa situação de conflito com a União.

332 Andréa Loguercio, da UFRGS: Na verdade não há esse conflito. Desde 1998, nas 333 questões ambientais e de edificações, estando dentro da cidade, o município tem essa 334 competência, doutor Lessa. Então assim: apesar de ser uma área federal, estando dentro 335 do município, desde 1998, isso já é fato jurídico consolidado. Independente da esfera. 336 Tanto a SMAM quanto a SMOV, elas têm a competência de regulamentar não só a 337 universidade, como todos os entes que estiverem dentro da esfera do município.

- 338 Gilson Francisco Lessa, da OAB: Há controvérsias.
- 339 Marcelo Kruel Milano do Canto, da SMAM: Não, mas do ponto de vista da Procuradoria 340 não há controvérsia. Do ponto de vista da Procuradoria nós temos isso bem firmado...
- 341 Andréa Loguercio, da UFRGS: Não só da Procuradoria Municipal, como da Procuradoria 342 Geral da República. Na verdade esse parecer que eu estou te passando, ele não é nem da 343 PGM, é o parecer da Procuradoria Geral da República. A universidade durante anos – e eu 344 tive que pagar essa fatura, embora não tenha gerado ela, quando eu entrei - porque a 345 universidade durante anos se baseou nesse mesmo princípio. Isso caiu com um parecer 346 conclusivo da Procuradoria Geral da República de 98. E a universidade vinha não 347 respeitando. Eu tive que fazer vários acordos com o município para não...

- 349 Gilson Francisco Lessa, da OAB: Eu acho, como advogado, ela deveria invocar a AGU, 350 levar o problema a AGU e criar uma decisão jurídica que unificasse inclusive para todo o 351 Brasil. Parecer, me desculpe, eu como advogado, é parecer. Não tem força de lei. Então a 352 **gente...**
- 353 Andréa Loguercio, da UFRGS: Mas isso a gente lá tem obedecido. Até porque a gente 354 tem a Procuradoria dentro da universidade. O parecer da Procuradoria; é essa a opção dos 355 gestores, de regrar, tem sido... Não temos tido problema com a SMAM, nem com os outros 356 órgãos da prefeitura. Temos trabalhado em parceria, tranquilamente em relação a isso. 357 (...)
- 358 Jupiter Palagi de Souza, da OAB: Jupiter, da OAB. Eu quero cumprimentar aqui o colega 359 Gilson, o nosso colega lá da Comissão de Direito Ambiental pela brilhante colocação aí, do 360 ponto de vista jurídico, que a gente tem colocado. Só que eu gostaria de fazer só um 361 questionamento principalmente na questão... Eu não sei se a parte de águas estaria 362 incluída dentro dessa comissão? De efluentes, etcetera ou só águas subterrâneas? Só as 363 subterrâneas. Porque é um problema sério no interior hoje e aqui na capital não deve ser 364 muito diferente às vezes. Eu fiz uma filmagem e investiguei. Isso aconteceu no interior, mas

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

365 aqui deve acontecer a mesma coisa. O pessoal tem às vezes utilizado o lençol freático, faz 366 um furo e joga – isso é criminoso, mas acontece – óleo de lavagem de motores. Incrível. Eu 367 tenho essa filmagem. Eu mandei inclusive na época, lá para a Procuradoria de Direito 368 Ambiental, lá do Estado. É uma coisa assim: impressionante. Impressionante. E isso 369 acontece bastante aí no dia a dia. Escondido, claro. Você pega porque você vai em cima e 370 tenta levantar e filma uma coisa desse tipo. Lá acabamos. Foi em Montenegro. Levamos a 371 prefeitura e o prefeito identificou e eliminaram todo esse foco. Essa empresa foi multada, 372 enfim. E dentro, bem, quase no centro do município.

373 Marcelo Kruel Milano do Canto, da SMAM: As outras duas Câmaras Técnicas, que é a 374 Câmara Técnica do Fundo do Meio Ambiente e a Câmara de Legislação. A do Fundo do 375 Meio Ambiente não teve quórum, então provavelmente apresenta seu trabalho na próxima 376 sessão e a de Legislação e Educação Ambiental a reunião é depois dessa reunião nossa, 377 então não teve condições de se reunir. Certamente com o doutor Dilda, ela apresenta e 378 segue os trabalhos. Do ponto de vista assim, só do ponto de vista da Câmara de 379 Legislação, que ainda não se reuniu; então eu coloco a par da Procuradoria Setorial aqui 380 da SMAM, a equipe especializada lá da Procuradoria à disposição para contribuir com 381 todas essas discussões. O que o senhor levantou: aquela questão de Mata Atlântica, é um 382 tema que desde o ano passado nos inquieta um pouco dentro da Procuradoria. Temos 383 alguns estudos nesse sentido e não concluímos esse estudo. E uma das alternativas era 384 justamente fazer um mapa para tentar clarear essa situação. Isso não está concluído, mas 385 com certeza será enfrentado pelo órgão ambiental com o apoio da Procuradoria, que já 386 vinha trabalhando. Porque havia uma divergência de entendimento. Inclusive da questão 387 da SEMA e de outras coisas nesse sentido. Então toda contribuição nesse sentido será 388 muito bem vinda para encontrar um caminho, que seja um caminho equilibrado na solução, 389 nesse sentido. Eu abriria agora – já que vencemos isso – para duas situações. Primeiro 390 uma explicação que eu deveria ter dado no início da sessão: que já foi atualizado; está 391 sendo finalizado o contrato na nossa Procuradoria aqui, que é a questão da degravação 392 das atas. Então eu deixarei, mesmo que na terça-feira tenha a posse, antes disso eu 393 deixarei assinado o contrato, para que os conselheiros na próxima sessão tenham as atas 394 para poder fazer suas revisões e fazer suas anotações e aprovações em relação a isso. E 395 abriria agora um momento para assuntos gerais que entendessem pertinentes. E aqui tem 396 também o material com o calendário das próximas reuniões, que é importante que vocês 397 tenham. Isso depois, na saída, gostaria que pegassem. E também umas solicitações de 398 pauta para que a gente possa organizar junto com o Comitê Executivo a próxima reunião. 399 Eu gostaria de informar que amanhã eu já tenho uma reunião com o doutor Dilda, que nós 400 estamos fazendo uma transição a quatro mãos. No sentido de que a Secretaria siga a sua 401 vida com a maior normalidade possível, com as adequações que a gente entender 402 necessário. E, além disso, me colocar novamente à disposição para qualquer 403 esclarecimento que eu tenha condições de fazê-lo.

404 **Jupiter Palagi de Souza, da OAB:** Jupiter, da OAB. Aproveitar a disposição que o senhor 405 oferece para lembrar também uma questão que a gente levantou. Foi uma das últimas 406 reuniões que foi presidida pelo doutor Záchia. É a questão do IPTU em Porto Alegre. 407 Aquela questão de que isso influi diretamente, vamos dizer assim, na gestão ambiental. 408 Porque se tem um plano de gestão ambiental e que o município, às vezes, desconhece a 409 realidade em função da estrutura urbana da cidade. Você tem às vezes um prédio em que 410 esse prédio muitas vezes não tem o Habite-se e ocupa cinco, seis andares. Normalmente 411 não há interesse em venda. O proprietário mesmo explora o prédio. Então não há problema 412 de venda, porque não há problema de registro de imóveis. E continua pagando IPTU em 413 cima de uma casa, 300, R\$ 400,00. O que desvirtua do ponto de vista de gestão ambiental.

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

414 Porque você está planejando esgoto, água, transporte, para duas pessoas. Quando na 415 verdade a realidade é outra. E isso é fácil de fazer. Hoje com os sistemas que se dispõem, 416 o próprio Google hoje está aí disponível, enfim. E com poucas pessoas pode se fazer esse 417 levantamento, vamos dizer assim. E o município sai beneficiado. E inclusive o valor do 418 IPTU vai ser mais equânime.

419 Marcelo Kruel Milano do Canto, da SMAM: Doutor Jupiter, o município, capitaneado pela 420 Secretaria da Fazenda fez todo um trabalho, que eu acho que deve ter começado por 421 2008, mais ou menos, 2009. De uma licitação que envolvia o novo marco geodésico da 422 cidade, envolvia um voo e uma atualização de cadastro. O marco geodésico foi feito, foi 423 implantando. A Secretaria do Planejamento tem uma função importantíssima nisso, hoje 424 Secretaria do Urbanismo, fazendo novas amarrações. O voo, se não me engano, foi feito 425 em 2010 ou início de 2011. Vou me permitir ter esse equívoco. Nesse trabalho estão sendo 426 vistas todas as economias de Porto Alegre. E vem agregado a este trabalho, um trabalho 427 que é o seguinte: em 100.000 unidades com vistoria in loco, que é para, além do voo, os 428 fiscais vão olhar essas construções irregulares. E a partir... Tem uma data lá que nós 429 estamos fechando do ponto de vista jurídico, fazer inclusive os lançamentos tributários, 430 independente do Habite-se. Então é um trabalho que está sendo feito. A Secretaria da 431 Fazenda, além de fazer isso, nós temos, junto com eles uma ideia de que nós vamos voos 432 com uma periodicidade, não sei se de três em três anos, de dois em dois anos. Mas é uma 433 coisa que vai entrar no dia a dia da cidade. O último voo tinha sido feito acho que uns 10 ou 434 15 anos atrás, talvez mais do que isso. Esse trabalho também trouxe uma série de 435 ferramentas de (...) e inclusive para poder ver cobertura de vegetação, cotas de enchente, 436 para fazer trabalho de risco. Não estamos usando ainda todas essas ferramentas, mas vai. 437 As Secretarias estão se organizando para isso. E que já estava. Havia uma ideia de fazer 438 um inventário das árvores da cidade. Existe um trabalho, esse de cheias – que ainda não 439 foi contratado – mas talvez vá ser integrado inclusive no Centro de Comando da Capital, 440 que têm várias camadas de softwares. Um software que já está agregado ao Metroclima e 441 também já está agregado com uma régua do Guaíba. Nós temos usado isso com 442 planejamento de remoção das pessoas em áreas de risco. A gente tem tentado casar isso 443 com as remoções de áreas de risco. Obviamente com as dificuldades que existem do poder 444 público, de se organizar, de fazer isso. E também mais ou menos nesse período, foi 445 desenvolvida uma base tecnológica de georreferenciamento que levou uns dois anos para 446 ser formatada a forma de fazer. Já foi comprada a tecnologia. Existe um grupo trabalhando 447 para que os órgãos coloquem todos os seus dados dentro dessa base de geo para que a 448 gente tenha as mesmas informações. Eu sei que o DMAE me parece talvez que seja um 449 órgão que está mais avançado nisso. A Fazenda está avançada nessa situação. Aqui na 450 SMAM eu confesso que nesses 20 dias que estive não tive condições de saber que nível 451 esse trabalho está. Mas há uma preocupação nesse sentido.

Jupiter Palagi de Souza, da OAB: Aproveitando a sua fala, que surgiu alguns tópicos que 453 merecem ser lembrados assim, até uma sugestão: a questão da... E que afeta diretamente 454 a SMAM, é a questão das árvores: a poda. Nós temos hoje, se o senhor observar, em 455 vários locais, árvores com tempo de vida muito antiga. E com parasitas que tomaram 456 praticamente todo o corpo da árvore. Então ela está praticamente seca e ela está expondo-457 se quase a um vento muito forte e cair. E, além disso, então é uma coisa que deveria ser 458 também vista, sob o ponto de vista de questão urbana, vamos dizer assim. Porque é uma 459 árvore que perdeu a sua função, de certa forma, do ponto de vista de troca de oxigênio, 460 CO2, enfim, porque ela está já nesse completo fim de carreira dela, vamos dizer assim. 461 Como a vida é. Então, o que acontece? A poda irregular também, que a gente vê muito. 462 Porque a CEEE, ela faz uma poda e a árvore fica assim. Aí, o que acontece? Metade da

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

463 árvore está dentro da estrada, dentro da rua. Aí vem um ônibus ou um caminhão e bate na 464 árvore. Então a árvore está sofrendo constantemente uma agressão. Não é uma agressão 465 proposital. Mas aquilo ali é uma irregularidade. Então, foi por causa que houve uma poda 466 irregular e acabou gerando um prolongamento. Então um ônibus de uma determinada 467 altura, um caminhão tem que passar pelo meio da avenida. Isso gera toda uma 468 insegurança do ponto de vista de trânsito, enfim, coisas desse tipo. Então eu queria 469 cumprimentar – aproveitar a oportunidade – o trabalho que vem sendo feito no Riacho 470 Ipiranga, que é o cartão postal de Porto Alegre. E o que tem se retirado de detritos é 471 fantástico. E aqui eu volto novamente, eu sou muito insistente, eu vou ficar satisfeito o dia 472 que eu ver uma estação de tratamento lá no início, com gradeamento. E outra lá no final. 473 Isso está caindo de maduro. E nós poderíamos trabalhar lá com alunos da UFRGS, de 474 todas, da PUC, enfim, os químicos, arquitetos, enfim, que podem fazer estágio ali. E nós 475 teríamos pelo menos lá na entrada da UFRGS até o final, não teríamos... Só se houvesse 476 realmente pessoas que fossem ali e jogassem dentro do riacho. Mas ficaria fácil, só colocar 477 câmeras. Hoje nós temos um controle fácil, fácil, barato e que pode ser acompanhado. E 478 eu acho que nós teríamos novamente um Arroio Dilúvio aí, o Ipiranga, com uma qualidade 479 de água, enfim, sem espuma também. Que às vezes a gente vê aí clandestino, efluente 480 que está sendo jogado aí. Vem de algum lugar isso e gera bastantes problemas.

481 Carlos Roberto Santos da Silveira, do CREA: Boa tarde a todos. Eu participei a semana 482 passada em Caxias do Sul, na Câmara da Indústria e Comércio, do Encontro Estadual de 483 Logística Reversa de Óleos Lubrificantes. Bem freguentado. Eu acho que até devia ter 484 alguém da prefeitura. Tinha representantes de guase todo o Estado do Rio Grande do Sul 485 lá. Eu só estou trazendo esse assunto porque todos nós que temos carro somos gerador 486 deste elemento altamente poluente, que é o óleo lubrificante, que nós trocamos nos nossos 487 veículos motores. Esse evento lá trouxe bastante informação, muitas informações. Eu sou 488 da área industrial e eu confesso para vocês: mais da metade das informações que foram 489 trazidas lá, eu desconhecia. Então eu estou trazendo esse assunto. Eu queria propor: eu 490 tenho um vídeo, é 10 minutos, um vídeo muito bem feito, para a gente colocar numa 491 próxima reunião do COMAM. Para rodar esse vídeo aí. Que eu tenho certeza que vai ser 492 de interesse e muito importante. São diversos dados que foram tratados, nós estivemos um 493 dia inteiro nesse Encontro lá. Mas eu só queria deixar um para vocês aqui: o Brasil 494 consumiu o ano passado um bilhão e duzentos milhões de litros de óleo lubrificante. O óleo 495 lubrificante tecnicamente, ele pode ser re-refinado indefinitivamente. Ou seja, de cada litro 496 de óleo queimado, que nós tiramos do motor do nosso carro, entre 80, 85%, ele volta a ser 497 um óleo lubrificante com a mesma origem original lá, que veio da refinaria ou que foi 498 importado. Então, o Brasil o ano passado consumiu, como eu disse, um bilhão e duzentos 499 milhões de litros de óleo lubrificante. Foram ser re-refinados de 40 a 45%. E essa é a 500 pergunta que ficou lá – e eu quero trazer para vocês também – mais de oitocentos milhões 501 de litros de óleo lubrificante, para onde foram? Um litro de óleo lubrificante polui um milhão 502 de litros de água. Então eu acho que é um assunto importante. Eu queria trazer. E se 503 houver oportunidade da gente rodar esse vídeo aí, eu acho que vai ser muito importante 504 para todos. Era isso aí.

505 **Eduardo Fleck, do DMLU:** Primeiro tecer um comentário rápido em relação a óleos 506 lubrificantes: que provavelmente quem estava nesse evento deve ter sido a engenheira 507 Carmem Níquel, da FEPAM, que é a grande... Aqui no Rio Grande do Sul, realmente ela 508 participou desde o início disso. Grande batalhadora. Aqui também faz parte nossa 509 comissão – comissão não, perdão – Câmara Técnica de Resíduos Sólidos e agrotóxicos, 510 embalagens de agrotóxicos, nós temos também uma cadeia já regrada por lei há algum 511 tempo. As próprias embalagens dos óleos lubrificantes têm hoje uma coleta que é

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

512 contratada pelos fabricantes. Ele chama a empresa por um 0800, a empresa vem e busca. 513 Então, quer dizer, mais fácil impossível. Então é basicamente o que nós temos até agora 514 regrado em termos de logística reversa no país. O resto está entre fabricantes, Ministério 515 do Meio Ambiente, trabalhando, enfim. Não chegou. Não tem ponto para pilhas, ponto para 516 lâmpadas, ponto para cartucho de impressora. Aqui em Porto Alegre ninguém conhece. 517 Mas eu queria colocar um convite aqui para o Conselho. A gente enviou uma 518 correspondência. Eu acho que foi dirigida ao Marcelo. Não sei se recebeu, o Carús 519 mandou. Possivelmente tenha se perdido junto com outra correspondência ou nem 520 chegado ainda. A gente verificou esse problema com outras entidades que também não 521 receberam. Mas aproveitando que a gente está aqui: o convite para o Conselho do Meio 522 Ambiente, como entidade, para enviar dois representantes no nosso evento. Nós vamos ter 523 agora, na próxima quarta-feira, dia 29 de maio, na Câmara de Vereadores, plenário Ana 524 Terra, em que nós vamos realizar a 2ª Oficina da Fase de Planejamento do Plano de 525 Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Porto Alegre. E aí nós convidamos várias 526 entidades, algumas que têm representação aqui, como por exemplo, a UFRGS, a FIERGS, 527 o SENAI. Jupiter, a OAB não foi convidada. Eu queria nesse momento, passar para ti o 528 convite. Não tenho o ofício, não tenho assinatura. Mas passar, para que realmente a OAB... 529 (...)

Eduardo Fleck, do DMLU: O doutor Marcelo foi representado semana passada, que nós 531 tivemos outro evento, via PGM, através de duas procuradoras. Que por sinal trabalham 532 conosco no DMLU, então mais ou menos viciado o negócio. Mas dentro da palavra viciado, 533 a ideia é justamente, nessa fase do planejamento em que a gente tem vários pontos, vários 534 tópicos de planejamento, a gente buscar visões das entidades da sociedade civil. Visões 535 não viciadas do ponto de vista de não virem do órgão que é titular do manejo de resíduos. 536 Portanto, a nossa visão que vem com 300 anos, né? De vícios. Mas vir oxigenada de 537 outros setores da sociedade, para que então possam participar, vai ser na tarde, da 538 13h30min às 17h30min. E a gente gostaria, Cláudia, de realmente procurar agora tirar – se 539 possível – ou se não conseguir, enfim, o nome das duas pessoas. Na verdade, se 540 poderiam ser mais pessoas, a gente só está tentando se limitar à capacidade do plenário, 541 que deve caber como 100 pessoas lá, mais ou menos. E pergunto também, aproveitando, 542 há entidades representadas aqui que gostariam de participar? Que não foram convidadas? 543 Sim? O CREA foi. Eu queria puxar lá o presidente. Mas eu acho que não vai querer vir. 544 Sim, pois não?

545 (...)

546 **Eduardo Fleck, do DMLU:** para o coordenador. Como é que é o nome dele? Renato? 547 (...)

548 **Eduardo Fleck, do DMLU:** Ai, ai, ai. Orçamento Participativo. Eu acho que é Ronaldo.

550 **Eduardo Fleck, do DMLU:** Esse, esse. Mandou. Certo. Eu liguei para lá. Me deram o 551 nome dele e eu mandei hoje pela manhã, digamos assim, os materiais preparatórios. 552 Também ofício para o DMLU, para lá. Mas a gente vê que nem sempre chega para a 553 pessoa em tempo hábil. Estão convidados certamente. Alguma entidade a mais, que 554 gostaria de participar? Não vale secretarias da prefeitura, porque realizamos com elas a 555 semana passada, um evento também similar.

556 Marcelo Kruel Milano do Canto, da SMAM: Se tu permitir. Assim: eu acho que 557 independente do convite aberto a todas as pessoas, se a gente pudesse tirar dois nomes 558 ou três nomes daqui que tivessem disposição, ou que já não estejam representando outras 559 entidades. Que eu, prontamente, independente da ata, já faria a indicação. Então deixo 560 aberto aqui, as pessoas que tiverem essa disposição que puderem ir e representar

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

561 efetivamente o COMAM lá na Oficina. Que a gente já providencie a indicação tão logo 562 encerre a sessão.

563 Eduardo Fleck, do DMLU: Obrigado Marcelo.

Jupiter Palagi de Souza, da OAB: Eu, vamos dizer assim, em nome da OAB, coloco a 565 OAB à disposição. Tem aqui o doutor Gilson também, é nosso colega lá da Comissão de 566 Direito Ambiental. Eu mesmo também me disponho. O doutor Gilson está atuando na parte 567 de resíduos. Nós temos um grupo lá com a doutora Cláudia Lima Marques. Então o que a 568 gente puder dar de contribuição, colocamos à disposição.

569 Marcelo Kruel Milano do Canto, da SMAM: Alguém mais gostaria de participar pelo 570 COMAM? Magda, alguém? Não?

571 (...)

572 Marcelo Kruel Milano do Canto, da SMAM: Tá bem. Então em princípio fica o doutor 573 Jupiter e o doutor Gilson, representando o COMAM. Tá bem assim? Alguma consideração 574 especial? Tá. Então eu vou...

575 (...)

576 Marcelo Kruel Milano do Canto, da SMAM: Tá bem. O senhor lá no fundo gostaria de 577 falar.

578 Paulo Fernando Farias, da CUT: Sou Paulo Farias, sou representante da CUT. E a minha 579 intenção agui não é trazer uma grenalização para esse espaço. Mas eu acho que nós 580 estamos num processo de transição. E devido aos últimos acontecimentos... Eu repito de 581 novo: eu não tenho poder e nem quero julgar ninguém pelas ações cometidas. Mas eu 582 acho que era importante quando se efetuasse a transição, se passasse a limpo a SMAM. 583 Principalmente para nós os conselheiros, para os membros do Conselho, que teve um 584 clima de suspeição. Eu não sei se já foi feito isso e aí eu peço desculpas. Se já foi feito isso 585 para nós conselheiros. Mas para mim, pelo menos, não chegou. Mas passar a limpo o 586 relato, o que houve dentro da SMAM, quais foram os servidores afastados? Eu não estou 587 nem dizendo se teve razão ou não a justiça fazer isso. Ponto. Isso era um espaço que 588 era... Era uma sugestão para ajudar o próximo Secretário do Meio Ambiente, que vai 589 assumir na próxima semana. Outra coisa é que esse ano vai acontecer a Conferência 590 Nacional do Meio Ambiente e eu acho que os municípios têm o encargo de chamar as suas 591 Conferências Municipais e tirar delegados para participar da Conferência Nacional. Eu acho 592 que é mais uma demanda para nós aqui. E outro informe é que tem - aí eu não sei se é a 593 SMAM que está promovendo – dia 07, no auditório do MP, um seminário sobre o Dia do 594 Meio Ambiente. Só para relatar isso. Valeu. Obrigado.

Marcelo Kruel Milano do Canto, da SMAM: Bem, em ordem: a SMAM está promovendo fos algumas atividades na Semana do Meio Ambiente. No dia 07 tem um evento que é nosso e tem um evento na UFRGS também. Provavelmente tenha um evento na Reserva do Lami. Tem uma atividade em algumas escolas. E tem talvez, nós estamos fechando uma sogo atividade no Parque Farroupilha. Certamente vocês vão receber essa programação por email nos próximos dias. Ela já está mais ou menos fechada. Quanto à questão que o senhor coloca, eu vim para a SMAM mais ou menos assim: fui acordado de manhã por couta da operação e pelas minhas funções na Procuradoria. Em função disso acompanhei on procurador Geral, por ser o Procurador Geral Adjunto e por ser talvez, das pessoas que está nessas questões de crise do município. Tão logo foi identificada a questão do procuradoria na minha pessoa e com a equipe, viesse para cá, no sentido de identificar o como que estava acontecendo e estabilizar a Secretaria. Eu vim para cá com uma equipe de quatro pessoas da Procuradoria. Eu sou um dos adjuntos, quer dizer, eu hoje sou sou secretário, mas sou um dos adjuntos. Veio comigo a doutora Simone Somensi, que até

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

610 então ela era Procuradora Geral Adjunta da área de Meio Ambiente e Urbanismo em 611 Domínio Público. O Paulo Rama, que é um colega que atua conosco há 15 anos e que já 612 estava envolvido nas outras inspeções que a Procuradoria já vinha conduzindo e mais uma 613 outra servidora. Além disso, nós pedimos imediatamente - e fomos atendidos - para 614 instalar uma Seccional da Controladoria Geral do Município agui dentro. O Secretário 615 Roberto Bertoncini assim prontamente atendeu. E uma equipe da Secretaria de 616 Planejamento Estratégico, para rever alguns procedimentos. Obviamente que a minha 617 chegada agui, o clima de chegada era um clima tenso, como não poderia ser diferente. 618 Respondendo objetivamente: tirando uma ou outra pessoa muito mais próxima do 619 Secretário, que era um cargo de confiança, os outros servidores, e assim se fez, não foram 620 afastados. Porque nós não tínhamos informações para afastar. Trabalhamos – e ontem 621 alguém talvez tenha ouvido falar na Gaúcha - que nós também não chegamos aqui na 622 ideia de desmontar o órgão. Nem numa ideia que num primeiro momento, e depois as 623 informações que nós tínhamos, de que simplesmente rever as últimas 3.000 licenças ou 624 suspendê-las automaticamente. Que seria um ato totalmente despropositado. Nós a partir 625 daquilo tínhamos algumas informações de alguns procedimentos que precisavam revisar. 626 Esses procedimentos que precisavam ser revisados estão sendo encaminhados para a 627 Comissão de Inspeção da Procuradoria e assim o serão. Nós temos tido do quadro técnico 628 da casa... E eu fiz guestão de passar em toda a SMAM tão logo assumi. Passar essa 629 mensagem que toda a cidade não para. E o objetivo de fazer essa reunião também foi isso: 630 de passar tranquilidade e de que nós apoiamos o que temos que apoiar. Não somos 631 injustos e nem apontamos o que não precisa ser apontado. E ontem me perguntaram se eu 632 precisaria afastar mais alguém e disse assim, com toda a tranquilidade do mundo: em 633 tendo motivos concretos para as pessoas serem afastadas, elas seriam afastadas. Em não 634 tendo, todos estão trabalhando, todos estão contribuindo. A cidade está aí. Nós estamos 635 emitindo as licenças. É verdade que eu fiz algumas pequenas modificações iniciais nas 636 questões das licenças, pedindo que elas fossem visadas pelos técnicos. Pelo técnico que 637 preenchia a licença. Os processos estavam indo para o Gabinete e a doutora Simone e o 638 outro Procurador estavam revisando esses processos para mim. Nós não deixamos de 639 emitir licença. No dia 02 de maio eu estava emitindo licença aqui. E ontem nós botamos, 640 publicamos, está no Diário Oficial de hoje, mas desde ontem nós temos botado as licenças 641 emitidas a partir de 02 de maio na internet. E o processo de informatização já está acertado 642 com a PROCEMPA, terá uma velocidade bem expressiva, para alcançar alguns anseios 643 que a SMAM já tinha, alguns projetos. Também está em curso na casa – eu acho que não 644 é novidade - o estudo que a PGPQ vinha desenvolvendo no sentido de um redesenho 645 interno nas equipes, principalmente na parte de licenciamento, para ter uma maior 646 agilidade. Basicamente trabalhar a ideia de, ao invés de passar por várias equipes, nós 647 vamos provavelmente agrupar as equipes por atividade e daí os técnicos dão os pareceres 648 conjuntos, as vistorias conjuntas. A gente acredita que isso vai dar um grande ganho de 649 produtividade. E nisso – que já tinha um trabalho desenvolvido – essa equipe de gestão 650 que veio para cá está refinando este estudo para tomar a decisão de quando ele será 651 implantado. Essas são as informações que eu posso passar para vocês neste momento. 652 Paulo Brack, do INGÁ: Doutor, Secretário, então nesse sentido de contribuir. Nós... Faço 653 parte do Ingá e a gente vem... Participamos da Conferência Municipal. Foi bastante 654 interessante. Bem produtiva. Nós escutamos queixas de técnicos da SMAM pela 655 sobrecarga muito grande de trabalho em relação às licenças. Poucos funcionários, muitas 656 licenças e uma falta de poder se debruçar. Eu trabalhei na SMAM, fui colega aqui da 657 Magda também, na coordenação do Ambiente Natural. Isso no início da década de 90, final 658 da década de 80. E desde lá até hoje nós não definimos o que é prioritário em conservação

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

659 das áreas. Sejam morros, áreas naturais, a orla do Guaíba, sejam banhados, sejam, enfim, 660 uma série de ambientes. E eu acho que nós – até pela própria Lei Orgânica do Município, 661 que obrigava a fazer isso – e nós já pedimos várias vezes para os secretários anteriores 662 em relação ao que está se perdendo de áreas naturais em Porto Alegre. Que nos parece 663 muito expressiva, considerando alguns empreendimentos de quase 300 hectares nas 664 últimas áreas da zona sul. Então considerando que nós estamos aí num processo em que 665 técnicos; alguns deles até vieram a nos colocar agui: que cargos de confiança estariam 666 dando licença. Não sei se é verdade. Mas eu figuei um pouco assim: preocupado. Se isso é 667 uma realidade. Mas independente de uma situação. E a gente vê que Porto Alegre, como 668 outros municípios do Rio Grande do Sul, em geral existe uma pressão muito grande de 669 cima para baixo. E nós gostaríamos de ver o fortalecimento do órgão do ponto de vista 670 técnico. Que não exista pressão em cima dos técnicos para que eles emitam as licenças 671 que vão desconsiderar o princípio da precaução, o principio das áreas naturais - que não 672 foram até hoje definidas – os corredores ecológicos – que nós não definimos. Eu acho que 673 essa não definição, ela representa um engessamento, da gente definir políticas ambientais 674 protetivas. Até hoje não foram definidas, me parece, de forma deliberada. Eu vou ser franco 675 aqui. Eu vou ser franco, porque depois de 20 anos não definir o que é prioritário, me parece 676 que não é só falta de vontade. É não querer justamente interferir nos grandes interesses de 677 setores que estão avançando em áreas naturais em Porto Alegre. E aí inclusive com públicos: Caixa Econômica Federal. venho Eu verificando 679 empreendimentos que estão desrespeitando APP, construindo com dinheiro de Caixa 680 Econômica Federal, Minha Casa Minha Vida. Desconsiderando a presença matas ciliares, 681 encostas e matas, enfim. Então eu vejo com muita preocupação essa questão de pressa. 682 Nós temos que pensar na precaução sim e fazer realmente como o senhor falou: fazer uma 683 grande reavaliação. Existem técnicos concursados, com força para que não sejam objeto 684 de assédio moral, como acontece em vários municípios. Não estou falando que esteja 685 acontecendo aqui em Porto Alegre. Mas eu sei de municípios que ocorre esse fato de 686 assédio moral. E eles são obrigados a dar licença, porque é uma ordem de cima. Então nós 687 vamos estar muito atentos a estas questões. O Ingá e eu acho que as entidades 688 ambientalistas. Porque o que aconteceu na Secretaria - como bem falou ali o colega -689 acontece na Secretaria Estadual do Meio Ambiente e a gente já vinha alertando há muito 690 tempo em relação a isso. Então nós gostaríamos de ter o máximo de informação, após. Eu 691 acho que a transparência em relação a isso tudo. E que esse processo, ele realmente volte 692 a ser um processo em que o subsídio técnico seja a grande base para um bom 693 licenciamento. E mais do que isso: a gestão ambiental. Porque a gente não pode pensar 694 simplesmente num balcão de licenças, como no Estado já aconteceu, enfim, e em outros 695 locais. Não estou dizendo aqui. Porque eu estou participando esse ano agora, do Conselho 696 Municipal. Mas a gente acha que tem que ter uma gestão ambiental. Não simplesmente dar 697 licença. Mas pensar num todo. Num ciclo em que essas políticas, elas têm que estar todas 698 conectadas. Sejam em secretarias, áreas de interesse especial que estão sendo criadas 699 sem considerar isso também. Existe também uma queixa muito grande que foi dada na 700 Conferência com relação às áreas de interesse social que elas muitas vezes estão 701 desconexas do princípio da precaução. Então existem políticas que estão um pouco 702 esquizofrênicas e que eu acho que - pelo que o senhor falou - tomara até que a gente 703 consiga reorganizá-las, rearticulá-las e que o setor dos técnicos seja fortalecido nesse 704 processo. Obrigado.

705 **Marcelo Kruel Milano do Canto, da SMAM:** Só para concluir e agradecer a presença de 706 todos, dizer o seguinte: obviamente que em 20 dias é possível fazer algum diagnóstico. 707 Esses diagnósticos serão levados ao Prefeito e ao Vice-Prefeito e ao Comitê Gestor de

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

708 Primeira Instância, que é onde a gente delibera várias questões estruturais da prefeitura. 709 Todo o olhar da estruturação e todo o olhar do exame técnico que está sendo montado é 710 no sentido de reforcar o quadro técnico na medida do necessário. Mas também ter e 711 introduzir aqui, a par de qualquer questão técnica de preservação - que essa é uma 712 discussão de gestão ambiental com a qual eu concordo: que deve ser pensada e 713 trabalhada. O Secretário que vai me suceder certamente vai se debruçar mais nesse tema 714 do que eu – de modo que a gente tenha eficiência nessa guestão. A eficiência não significa 715 aprovar um empreendimento. Não significa liberar um empreendimento. Significa que 716 venha um pedido e o técnico tenha os instrumentos necessários para fazer a análise e 717 emitir o seu parecer. Emitindo o parecer está atendido. Se ele é positivo ou negativo, bom, 718 isso é um empreendimento, é um impacto, é a questão que vai dizer. O que eu acho que a 719 gente tem que perseguir. Isso sim eu acho que a gente tem que perseguir e nós temos 720 perseguido isso lá na Procuradoria com várias dificuldades, a Secretária Ana Pellini tem 721 perseguido lá no Escritório de Licenciamento, é uma modernização na máquina, para 722 também, de certa forma, instrumentalizar o técnico para que ele possa tomar essa decisão. 723 Eu disse isso no primeiro dia e vou continuar dizendo: entendemos que pelo menos temos 724 que fazer o seguinte: as análises têm que ser técnicas, céleres e transparentes.

- 725 **Paulo Brack, do INGÁ:** Com base nas áreas prioritárias. Porto Alegre não tem esse 726 zoneamento, então o técnico hoje está tendo que fazer uma licença no escuro.
- 727 **Marcelo Kruel Milano do Canto, da SMAM:** Eu acho que essas questões de 728 planejamento...
- 729 Paulo Brack, do INGÁ: (...)
- 730 **Marcelo Kruel Milano do Canto, da SMAM:** Eu acho que essas discussões são 731 discussões ricas, que têm que ser feitas. Eu acredito que isso aí o doutor Dilda 732 provavelmente vai ter muito mais competência do que eu para poder fazer. Mas assim: do 733 ponto de vista da Procuradoria, do ponto de vista assim, do município, nós estamos 734 tentando instrumentalizar os técnicos de meios para poder fazer as análises.
- 735 **Jupiter Palagi de Souza, da OAB:** Eu quero cumprimentar o senhor por essa posição, 736 vamos dizer assim, em termos de valorizar o trabalho desse grupo de técnicos. Agora, 737 também é importante a gente lembrar que muitas vezes um projeto, ele entra com uma 738 determinada estrutura, ele está sendo proposto. Os técnicos fazem a análise desse projeto, 739 com aquela escrita que foi feita, com aquele estudo que foi feito. Aprova-se o projeto. Mas 740 muitas vezes... E é um trabalho difícil, que aí dependeria, e que eu acho que é importante 741 se lembrar também: a fiscalização. Porque muitas vezes se aprova um projeto e esse 742 projeto acaba sendo desvirtuado completamente. E aí sai outra coisa, que não tem nada a 743 ver. E às vezes até como o colega colocou rompe-se o princípio da precaução, da 744 prevenção inclusive. Mais prevenção, nem penso em precaução, prevenção e ocorrem 745 catástrofes muitas vezes. E aí você vai responsabilizar: não, foi o técnico que liberou. Mas 746 quando faltou o quê? Faltou o acompanhamento e a fiscalização daquele projeto. Porque 747 são pessoas inescrupulosas muitas vezes, que buscam o lucro e afoitamente aproveitam 748 aquele tipo de licença, que foi trabalhada com cuidado, com todo o carinho e desvirtua.
- 749 **Gilson Francisco Lessa, da OAB:** Só complementar aqui. O colega Jupiter aqui está 750 falando uma coisa que é comum. E vou só para reflexão nossa aqui eu fui num bairro 751 aqui em Porto Alegre, num churrasco. E uma pessoa comentou que a casa ao lado tinha 752 pedido autorização para que funcionasse uma clínica de fertilização. Aí houve toda... Foi 753 feita a fiscalização para o início das obras. Foi-se liberado. Depois que se teve se mudou 754 todo o layout, todo dentro dali. Quer dizer, essa a fiscalização tem que ser permanente. E 755 precisa eu vou concordar com o colega ali eu preciso de gente, de pessoas, 756 principalmente concursadas. Principalmente concursadas. Quem já ouviu falar aí em poder

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

757 de polícia? Alguém já ouviu falar nisso? Poder de polícia é todo o poder que o funcionário 758 público detém. É o chamado poder de polícia administrativo. Só ele pode ter: o funcionário 759 concursado. Nós temos um desvio muito grande – não estou dizendo na nossa prefeitura – 760 na administração pública como esse desvio total. Então eu acho que devemos sim pegar 761 esse exemplo, se pensar as autoridades, os gestores e o Secretário que está na 762 Procuradoria Geral do Município. Orientar o prefeito. Orientar e dizer: olha, nós temos o 763 quê? Colocar funcionários. E uma outra coisa: internet, todas as ferramentas que nós 764 temos, não é melhor do que visualização. De eu ir lá e verificar e fiscalizar. Podemos ter o 765 maior equipamento do mundo. Mas o que vai valer é: eu chegar, pegar, tocar, olhar e 766 verificar. Era essa a minha contribuição.

767 Eduardo Fleck, do DMLU: Apenas para colocar um pouquinho mais de lenha nessa 768 fogueira. Realmente o boato que se ouvia já de bastante tempo é que na SMAM, nós 769 tínhamos licenças que eram aprovadas e assinadas por pessoas detentoras de cargo em 770 comissão. Isso é temerário. A pessoa que está em cargo em comissão sempre está com 771 seu cargo na alça de mira. Portanto, atende interesses. Eu acho que essa é uma coisa que 772 nós devemos verificar de perto. Uma coisa a se dizer também – para mim e para os meus 773 colegas do DMLU - não sei bem como é que é aqui na SMAM. Eu acho que não é muito 774 diferente: os colegas engenheiros. A gente não sai ali da Avenida Santana. Qual é o 775 número? 440? Eu já não sei mais o número. Mas a gente não sai de lá... Nós temos uma 776 colega da Câmara Técnica da Saúde Ambiental, que agora é ré num inquérito, nem sei 777 bem qual é o inquérito, nem ela sabe bem por que é ré. Nós temos alguns colegas do 778 DMAE que são réus em processo devido à queda de uma laje, que vitimou algumas 779 pessoas. No entanto não só em Porto Alegre, mas basicamente no poder público como um 780 todo, o gestor público, ele se interessa simplesmente em valorizar duas carreiras: a 781 jurídica, porque eles consideram-se no escuro para gerenciar, para fazer qualquer coisa 782 sem os advogados. Então há muito tempo se paga a verba de representação judicial, para 783 quem já é concursado, para representar. E as carreiras fazendárias. Ao passo que para os 784 demais, para aqueles que justamente têm o peso da responsabilidade sobre as costas. 785 Jupiter, tu assina uma ART. No momento que assina uma ART, são eles que respondem 786 por tudo que aconteça de errado. Não é o prefeito, não é o titular do órgão. Eles são 787 tratados numa segunda instância, não é? Não sei se os colegas sabem também: a 788 Procuradora do Município paga os Conselhos para os seus funcionários, que é algo que eu 789 basicamente não vi em Secretaria nenhuma, não é? Mas paga OAB para os advogados. 790 Deve ter engenheiro lá também que é pago o CREA pela Procuradoria.

Fleck, do DMLU: Não? Só os advogados. Tá. Ok. Então esse é o tratamento que 793 se dá para as demais categorias. E depois a gente tem certas coisas que acontecem, por 794 exemplo, na SMURB, envolvendo alguns colegas. E me parece — pelo que falam colegas 795 da SMURB — tem muita coisa errada mesmo. Mas ao mesmo tempo em que o Ministério 796 Público e outros órgãos de controle sempre fiscalizam de perto os servidores, também há 797 boatos... A gente não pode espalhar aquilo que simplesmente é um boato, de que em 798 certos momentos na administração de Porto Alegre, nós tínhamos nessa Secretaria, 799 gabinetes de secretários que nada mais eram do que um escritório de despachante. Aprova 800 aqui. Dá o dinheiro para cá. Não vamos dizer de quem é porque é boato. Boato a gente 801 não espalha. Mas vamos no atentar. Verificar se isso tem algum fundo de verdade. Então a 802 ideia que se tem aqui: vamos estender para todos a questão da valorização. Não só para 803 quem processa o cidadão e arrecada impostos. Mas para quem entrega as benfeitorias 804 para a cidade. E isso não tem acontecido aqui em Porto Alegre também.

Conselho Municipal do Meio Ambiente COMAM – Porto Alegre/RS REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

805 Romeu Gomes, do OP: Romeu Gomes, conhecido como Paulista. Conselheiro do 806 Orçamento Participativo. Conselheiro da SPM, Delegado de Temática de Ruptura e agora 807 agui no COMAM. Às vezes a gente pergunta: o que é fato e o que é direito no Orcamento 808 Participativo? Eu estou vendo aqui as pessoas falarem, com a faculdade na mão. Mas sim 809 de comunidades. E às vezes eu vejo muito falar de empreendimentos que é direito e os 810 comunitários que é de fato, ficam meio de lado. Eu vejo falar de legislação ambiental, de 811 recolhimento de lixo, de arrojos. E dentro das nossas comunidades a gente vê tudo isso 812 diariamente, dia a dia. Parece que isso não interessa muito aqui. Então quando se fala em 813 concursados e concursos e CCs. Até eu já tive embate com o Marcelo, com o João Batista, 814 com a Solange, conheço bem essa turma. Eu sou contra algumas coisas que a gente vê no 815 dia a dia. Porque o cara, guando tu estuda e presta um concurso para entrar na prefeitura, 816 a primeira coisa que ele pensa em fazer é uma greve no dia seguinte. Essa é a moral. 817 Minha mãe foi concursada em São Paulo. E eu sei bem como é que é essa história, que eu 818 já fui militar em São Paulo. O que eu acho que deveria ter Marcelo, quando tu voltar lá para 819 a Procuradoria, e ai teria que ter; deixar de ser um fato e começar a ser direito, então que 820 se transforme em lei – como muitas vezes o colega Jupiter fala ali – que a responsabilidade 821 de quem faz o fato acontecer, seja CC ou concursado, mas que seja de responsabilidade 822 na esfera do fato e na esfera do direito também. Porque quando acontece o estouro - e aí 823 o colega aqui da CUT colocou bem – a gente só sabe a primeira cabeça. E as outras? Sem 824 prova, sem nada, quer dizer, ninguém teve responsabilidade de nada? Aí é por que: ah, 825 mas o órgão tá despreparado. A SMAM não está despreparada. Eu acho que é um dos 826 órgãos mais bem equipados. O que falta é a vontade política do trabalho dela. Que atende 827 a interesses muitas vezes, nem do fato, mas o do direito. De quem tem o poder na mão e 828 quem não tem. Esse é um problema sério. Só isso que eu queria deixar para ajudar lá. 829 Marcelo Kruel Milano do Canto, da SMAM: Eu acho que nós podíamos passar a tarde 830 inteira aqui, discutindo essas questões. E eu vou me reservar o direito de - até porque 831 algumas dessas questões ainda estão em segredo de justiça - que a gente continue 832 trabalhando. E a Procuradoria já mostrou que trabalha quieta, mas trabalha. Então o doutor 833 Dilda certamente vai tocar aqui. A Procuradoria vai continuar como sempre esteve: à 834 disposição da SMAM, de todos os outros órgãos. Apesar de sermos ali considerados o 835 primo rico do município. Mas estamos sempre à disposição para dar todo e qualquer 836 suporte que for necessário. Obrigado e boa tarde a todos.